

**A RESISTÊNCIA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DA CIDADE DE CORUMBÁ/MS
FRENTE AO DESENVOLVIMENTO**

**THE RESISTANCE OF THE MATERIAL HERITAGE OF THE CITY OF
CORUMBÁ/MS IN THE FACE OF DEVELOPMENT**

Guilherme Luiz de Souza FOGAÇA ¹

Luciana Escalante PEREIRA ²

Marco Aurélio Machado de OLIVEIRA ³

Resumo: A documentação exerce papel fundamental na conservação do patrimônio arquitetônico brasileiro, garantindo o registro técnico e histórico das edificações para fins de preservação, restauração e gestão. Este estudo analisa as fichas cadastrais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) referentes ao patrimônio material da cidade de Corumbá/MS, com o objetivo de compreender os efeitos do desenvolvimento urbano sobre o patrimônio histórico local. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em levantamento documental, revisão bibliográfica e observação de campo. Os dados foram obtidos a partir das fichas do IPHAN (2007) e complementados por registros fotográficos realizados na área tombada. Verificou-se que nem todas as edificações possuem período de construção identificado e que apenas o Casario do Porto sobreviveu à Guerra do Paraguai (1864–1870), enquanto as demais pertencem ao período de reconstrução urbana. Entre o final do século XIX e o início do XX, o crescimento do comércio fluvial impulsionou o surgimento das principais construções tombadas. Contudo, o levantamento in loco revelou o avançado estado de deterioração de muitas dessas edificações, indicando a urgência de intervenções voltadas à conservação e ao fortalecimento da gestão do patrimônio histórico de Corumbá.

Palavras-chave: Casario do Porto; Histórico; Fronteira;

Abstract: Documentation plays an essential role in the conservation of Brazilian architectural heritage, ensuring the technical and historical record of buildings for purposes of preservation, restoration, and management. This study analyzes cadastral records from the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) concerning the material heritage of Corumbá, Mato Grosso do Sul, aiming to understand the effects of urban development on the city's historical assets. The research adopts a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, based on documentary survey, bibliographic review, and field observation. Data were obtained from IPHAN's cadastral forms (2007) and complemented by photographic records collected in the protected area. The results indicate that not all buildings have identified construction periods, and that only the Casario do Porto survived the Paraguayan War (1864–1870), while the others belong to the city's reconstruction phase. Between the late nineteenth and early twentieth centuries, fluvial trade growth stimulated the emergence of the main buildings later designated as historical heritage. However, fieldwork revealed the advanced deterioration of many structures, highlighting the urgent need for conservation and restoration measures, as well as for the strengthening of management strategies for the historical heritage of Corumbá.

Keywords: Porto Houses; History; Border;

¹ Mestrando em Estudos Fronteiriços (UFMS) - enguilhermefocaca01@gmail.com.

² Doutora (2018) e Mestre (2014) na área de concentração Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos pelo Programa de Pós-graduação em Tecnologias Ambientais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

³ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2001).

O Patrimônio é considerado uma herança de valor relevante, capaz de expressar a identidade e a memória de uma comunidade, além de contribuir para a qualidade de vida de seus habitantes (Almeida, 1993). Segundo Marques e Martins (1998) o patrimônio possui caráter simbólico de exaltação à nacionalidade e aos valores pátios, sendo reconhecido como um elemento essencial na construção social e cultural.

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 estabelece a regulamentação jurídica para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. De acordo com o texto constitucional:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 marcou uma inflexão importante ao ampliar o conceito de patrimônio cultural, incorporando a dimensão imaterial ao lado do material (Vianna; Teixeira, 2008). Neste contexto, Meneses (2012) destaca que o valor cultural não é instituído exclusivamente pelo poder público, mas criado socialmente, a partir das práticas e referências simbólicas dos grupos que o produzem.

O patrimônio cultural, portanto, passou a abarcar tanto os bens materiais, representados por edificações, artefatos e conjuntos urbanos, quanto os bens imateriais, expressos em saberes, celebrações e modos de fazer que compõem a diversidade cultural brasileira. Conforme De Paoli (2012), a distinção entre ambos não se limita à presença ou ausência de materialidade, mas ao valor culturalmente atribuído a cada bem, o que retoma a noção de patrimônio histórico.

Esse movimento de ampliação foi consolidado com o Decreto nº 3.551/2000, que estabeleceu legalmente quatro dimensões do patrimônio imaterial: celebrações, saberes, formas de expressão e lugares expressivos das diferentes identidades conformadoras da diversidade cultural do país. E criou instrumentos de identificação, proteção e salvaguarda desse patrimônio imaterial.

Mais do que um conjunto de bens a serem preservados, o patrimônio passou a ser entendido como expressão viva das dinâmicas sociais, em constante negociação entre permanência e transformação. É nesse ponto que o conceito de resistência cultural se torna central: resistir, nesse campo, é preservar e, ao mesmo tempo, adaptar-se, mantendo o elo entre memória e mudança.

De acordo com Yamashita (2013), a resistência envolve uma atitude ativa de enfrentamento e transgressão, configurando-se como um ato consciente de ruptura com a ordem estabelecida. Esse entendimento pode ser ampliado quando se considera que a resistência, individual ou coletiva, expressa o sistema de relações que os sujeitos mantêm com o mundo, revelando como estruturam suas percepções de si e da realidade (Ribeiro, 2007). Nesse sentido, a resistência não deve ser compreendida como oposição absoluta, mas como um processo relacional e dinâmico, mais uma forma de contato e negociação do que de destruição. Assim, no campo do patrimônio cultural, resistir significa tanto preservar a memória e a identidade quanto adaptar-se às transformações sociais e econômicas sem romper com as raízes que sustentam a coletividade.

Entretanto, as políticas patrimoniais brasileiras historicamente enfrentam limitações. Fonseca (1997) observa que, durante décadas, a preservação foi compreendida de forma restrita, reduzida ao ato de tombar bens, o que resultou em práticas conservadoras e elitistas. Tal enfoque privilegiou elementos ligados às classes dominantes e à herança europeia, marginalizando expressões culturais de outros grupos sociais. No entanto, a crescente conscientização desse viés, impulsionada, sobretudo, por debates internacionais liderados pela UNESCO ampliou a noção de patrimônio, incluindo as culturas populares e não europeias como parte essencial da herança cultural da humanidade.

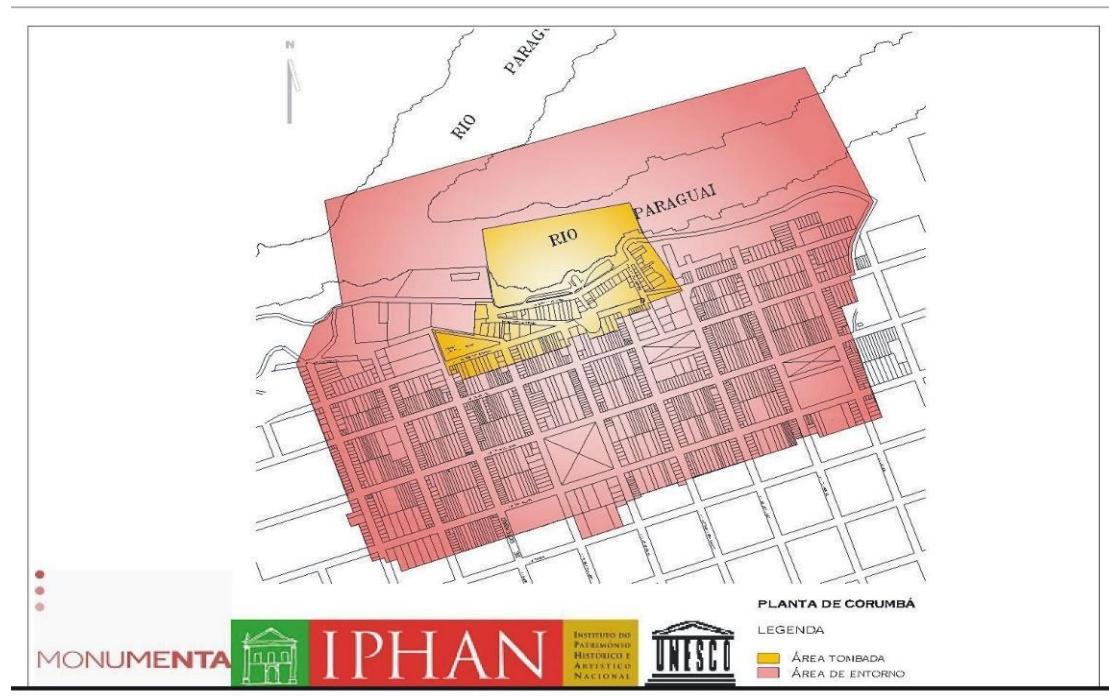
Nessa perspectiva, destaca-se a cidade de Corumbá, uma das cidades mais antigas do estado de Mato Grosso do Sul, junto à cidade de Ladário, sua vizinha. Ambas as cidades possuem mais de 240 anos de história e estão localizadas na fronteira com a Bolívia. Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020) apontam o patrimônio de Corumbá e Ladário como diverso, citando as moradias, expressões, práticas, representações, tradições, saberes, além de outras

características que carecem de reconhecimento tanto pelos órgãos competentes quanto pela população local e incentivo a educação patrimonial.

Caminhar pela região portuária de Corumbá permite observar uma estrutura com elementos e vestígios históricos em sua paisagem que remete tanto às marcações do tempo, questões religiosas e pontos marcantes da fronteira. No Porto Geral podemos presenciar áreas urbanas ricas em um mosaico de edificações, com influências e contextos históricos que remetem a sua formação. Parte dessa edificação histórica já é reconhecida e tombada pelo Iphan.

Visando identificar esses imóveis históricos presentes na área tombada da cidade, foi realizado o levantamento das edificações históricas existentes na área. Para isto, foram utilizadas fichas cadastrais disponibilizadas pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Elas foram disponibilizadas em arquivo digital, contendo o último levantamento do estado de conservação dos imóveis da área tombada, da cidade de Corumbá-MS, realizado em janeiro de 2007 (Figura 1).

Figura 1- Planta da área tombada e do entorno, na cidade de Corumbá. A área tombada está destacada na cor amarela.



Fonte: Iphan (2007)

As fichas cadastrais disponíveis totalizam 108 imóveis do conjunto tombado, com informações arquitetônicas e históricas dos edifícios, além do estado atual de conservação e o

histórico de proprietários. Outra importante fonte de consulta foi realizada através da Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-mato-grossense, de Rubens Moraes da Costa Marques, que traz um inventário relevante para preservação e valorização da cultura local.

Como pode ser observado na figura 1, há duas áreas importantes para a preservação do patrimônio cultural: área de tombamento e área de entorno. A primeira compreende o conjunto arquitetônico “Casario do Porto de Corumbá” e a segunda abrange a vizinhança desses prédios históricos (Delvizio, 2004). O conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá foi tombado em 1993.

Na área de entorno destacam-se alguns imóveis importantes, como a Igreja Nossa Senhora Candelária, a antiga Prefeitura, o Hotel Internacional, a Casa do Artesão, o Casarão da Comissão Mista e do Instituto Luiz de Albuquerque (ILA), o antigo Mercadão, e as praças Uruguai, República e Independência, além do estacionamento da Rua Domingos Sahib (IPHAN, 2014).

Nesse sentido, tendo o patrimônio histórico material da cidade de Corumbá/MS como alvo de estudo, objetiva-se compreender e analisar os efeitos do desenvolvimento sobre o patrimônio histórico material da cidade de Corumbá-MS.

Procedimentos Metodológicos

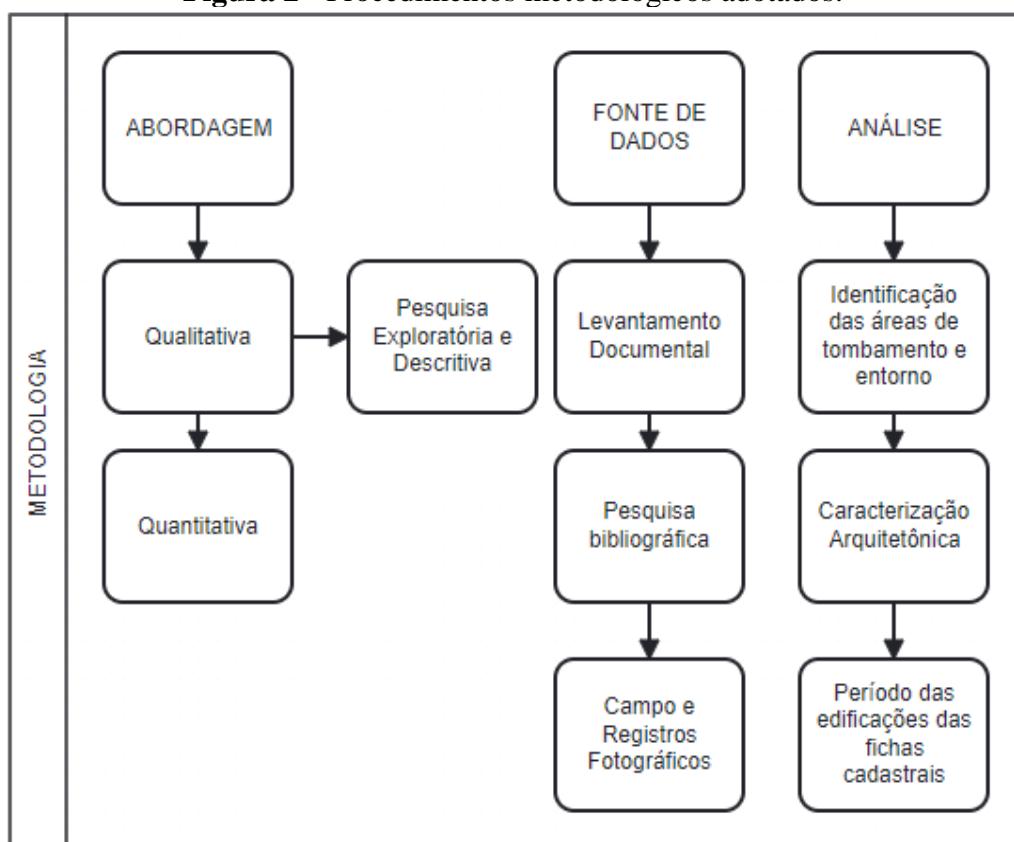
A pesquisa desenvolvida combina as abordagens quantitativa e qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Essa combinação permite compreender as transformações do patrimônio histórico material de Corumbá/MS a partir de suas dimensões documentais, arquitetônicas e espaciais. A Figura 02 apresenta de forma esquemática as etapas da metodologia, evidenciando a articulação entre os eixos adotados.

Conforme destaca Creswell (2007, p. 183, 203), “os pesquisadores qualitativos utilizam métodos interativos e humanísticos para coletar dados descritivos”, o que reforça a pertinência dessa abordagem diante de fenômenos complexos e socialmente situados, como o patrimônio cultural.

No que se refere ao caráter exploratório, trata-se de uma etapa voltada à observação inicial e à busca de novas perspectivas sobre o tema. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 101), “a pesquisa exploratória é realizada quando o objetivo é examinar, entre outras possibilidades, temas e áreas a partir de novas perspectivas”. Nessa mesma direção, Losch, Rambo e Ferreira (2023) apontam que esse tipo de investigação é útil para identificar

tendências, problemas ou oportunidades que possam subsidiar estudos mais aprofundados. Os autores acrescentam que a pesquisa exploratória visa explorar, identificar e compreender conceitos, fenômenos ou relações ainda pouco conhecidos, o que se aplica à análise do patrimônio material corumbaense, cuja documentação e uso carecem de atualização sistemática.

Figura 2 - Procedimentos metodológicos adotados.



Fonte: Autores (2024).

Em continuidade, a pesquisa assume também um caráter descritivo, voltado a detalhar os elementos constitutivos do objeto estudado. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102), esse tipo de investigação tem como objetivo “detalhar as propriedades, características e perfis de indivíduos, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que possa ser analisado”, permitindo observar com precisão as dimensões do contexto pesquisado. Assim, o caráter descritivo desta pesquisa possibilita registrar, com base documental e empírica, as características arquitetônicas, o estado de conservação e o período de construção das edificações tombadas e de entorno da cidade de Corumbá.

O estudo teve início com um levantamento documental, realizado a partir das fichas cadastrais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2007). Essas

fichas reúnem informações sobre as edificações localizadas na área tombada e em seu entorno, incluindo dados sobre o período de construção, estilo arquitetônico, estado de conservação e uso atual. De acordo com Lima Júnior et al. (2021), a análise documental “é um procedimento sistemático e cauteloso de seleção, coleta, análise e interpretação de documentos com a finalidade de apreender e compreender os significados que esses documentos carregam, facilitando a investigação qualitativa dos fenômenos humanos”. Essa compreensão orientou o tratamento dado ao material coletado, que foi examinado buscando identificar padrões de ocupação, períodos de transformação e o grau de preservação dos imóveis.

Como etapa complementar, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica voltada ao embasamento teórico e conceitual do estudo. Foram consultados autores que discutem o patrimônio cultural e urbano em diferentes perspectivas, como Corrêa (1985), De Paoli (2012), Costa (2017) e Oliveira et al. (2020). Essa revisão possibilitou relacionar o caso de Corumbá às reflexões sobre conservação, memória e desenvolvimento urbano, além de situar a pesquisa dentro do debate nacional sobre patrimônio histórico.

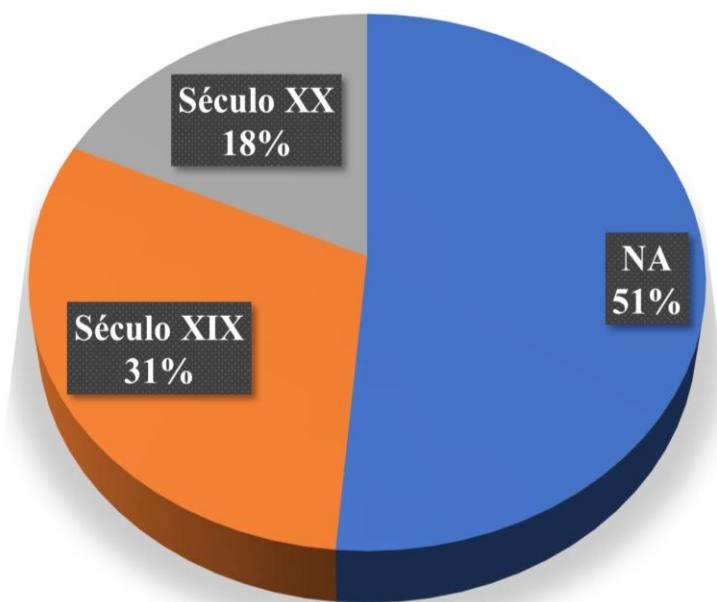
A investigação também incluiu trabalho de campo na área de estudo, com registro fotográfico das edificações. Essa etapa teve como objetivo verificar o estado atual de conservação e eventuais processos de descaracterização arquitetônica. O levantamento empírico permitiu verificar os dados das fichas cadastrais, contribuindo para uma leitura mais precisa do patrimônio local.

A análise dos dados foi estruturada em três etapas principais. Primeiramente, realizou-se a identificação das áreas de tombamento e de entorno, conforme a delimitação estabelecida pelo IPHAN. Em seguida, procedeu-se à sistematização arquitetônica das edificações, observando estilos predominantes. Por fim, foi analisado o período de construção das edificações, o que possibilitou compreender a cronologia da formação urbana e o impacto das transformações econômicas e sociais sobre o conjunto arquitetônico.

A combinação entre as fontes documentais, bibliográficas e empíricas permitiu uma análise integrada do patrimônio material da cidade. Essa triangulação metodológica contribuiu para compreender de que forma os processos de desenvolvimento urbano influenciaram a conservação e a identidade arquitetônica de Corumbá, revelando tanto a resistência quanto as fragilidades desse patrimônio.

Ao analisar as fichas cadastrais do Iphan, verifica-se que a maioria das edificações foram construídas no período entre final do século XIX e início do século XX, com algumas exceções que sobreviveram às intensas batalhas na Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870 na região. A Figura 3 apresenta o número de edificações de cada período, conforme pesquisa documental realizada:

Figura 3 - Período de construção das edificações catalogadas.



Fonte: Autores (2024).

Conforme Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020), no período pós-Guerra do Paraguai com a Tríplice Aliança (1864-1870) Corumbá tornou-se o entreposto comercial do Mato Grosso, antes da divisão territorial que formou as federações de Mato Grosso do Sul e Rondônia, ganhando ares urbanos pela reabertura da navegação a vapor e o comércio, o que colaborou para o desenvolvimento local.

Nesse período pós-guerra, iniciou-se a reconstrução da região e posteriormente em 1878 a vila foi elevada à condição de cidade, com nome de Corumbá (Rodrigues, 2018). Isso ajuda a entender por que as edificações históricas remetem ao final do século XIX, que foi justamente o período de reconstrução na região.

Nesse contexto a cidade tornou-se importante centro econômico, com atividades de importação e exportação realizadas por meio do rio Paraguai no final do século XIX. A

posição privilegiada do porto e estratégica às margens do rio Paraguai, canalizou grande fluxo de mercadorias, transbordo de passageiros, além de principal passagem de via de acesso à Mato Grosso (Corrêa, 1985).

Segundo Côrrea (1985) a preocupação com o notável desenvolvimento da cidade foi exposta em princípios do século XX, mediante Relatório Anual de 31 de outubro de 1901, do Intendente João Pedro Cavassa. A criação da *Meza de Rendas Estadoaes*, pela lei nº 5 de 10 de outubro de 1892, instalada em 2 de janeiro de 1904 trouxe uma infraestrutura mínima ao núcleo urbano, além de atender ao movimento portuário da época (referência à planta original da cidade datada de 1860).

Com a chegada da ligação ferroviária entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, através da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), inaugurada na região na década de 1910, observaram-se algumas consequências ao desenvolvimento do estado, como o escoamento de gado remanejado para outros locais, maior controle sobre a fronteira estadual, desativação do porto como entreposto comercial, além da decadência da navegação internacional (Corrêa, 1985). Além disso, as restrições impostas pelo governo brasileiro à navegação fluvial que impactaram no comércio da borracha, principal produto de exportação.

De acordo com Côrrea (1985), o declínio do grande comerciante dos portos, evidencia-se a decadência de Corumbá e o Casario do Porto. Um dos indicadores relevantes dessa decadência material foi o abandono do Casario do Porto, que perdeu a sua função comercial passando por uma nova refuncionalização. Isso caracterizado pelo fechamento e abandono dos prédios, além de novas utilizações, como cortiços e empreendimentos de pequeno capital, que podem provocar a descaracterização arquitetônica.

A leitura das fichas cadastrais permitiu, portanto, associar a cronologia construtiva das edificações à trajetória histórica da cidade, evidenciando a correlação entre os períodos de crescimento econômico e a materialização de estilos arquitetônicos específicos.

Passeando por diferentes arquiteturas

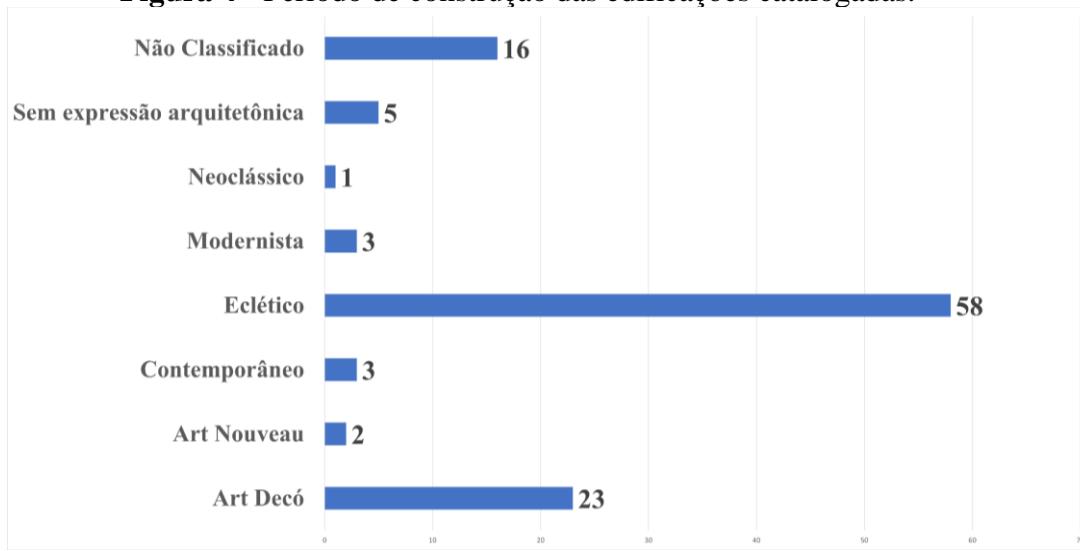
Além da identificação do período dessas edificações, também foi observado na Tabela 1 o trecho em que estão localizadas. O trecho, nesse caso, corresponde às ruas onde se situam as respectivas edificações.

Tabela 1 - Edificações de cada período e respectivo trecho.

Trecho	Localização (rua/principal via)	Período não identificado	Edificações do séc. XIX	Edificações do séc. XX	Total de edificações
1	Rua Manoel Cavassa (região portuária)	-	25	6	31
2	Ladeira José Bonifácio	1	5	1	7
3	Travessa Mercúrio	3		2	5
4	Ladeira Cunha e Cruz	8			8
5	Beco da Candelária	2	3	9	14
6	Av. General Rondon	36	1	2	39
7	Rua Antônio Maria Coelho	2	-	-	2
8	Rua Frei Mariano	1	-	-	1
9	Rua XV de Novembro	3	-	-	3
10	Rua Sete de Setembro	1	-	-	1
Total		57	34	20	111

Fonte: IPHAN (2007). Organizado pelos autores (2024).

A análise da Tabela 1, revela que a maioria das edificações do século XIX está concentrada nos trechos 1, 2 e 5, áreas próximas à região portuária e que remetem à parte mais antiga da cidade.

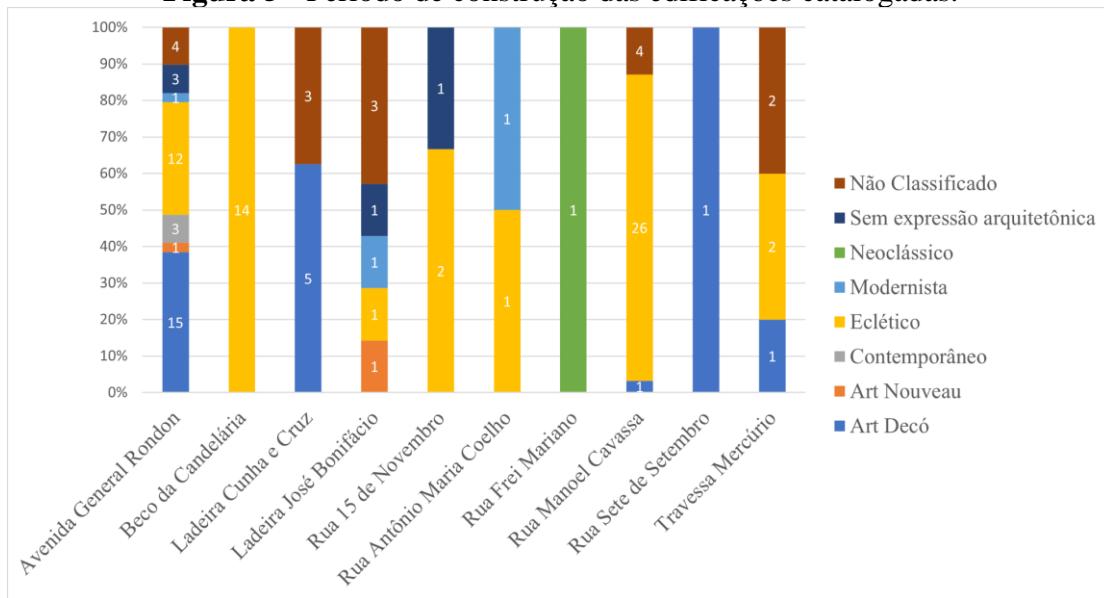
Figura 4 - Período de construção das edificações catalogadas.

Fonte: Autores (2024).

A Figura 5 apresenta o levantamento documental de 111 edificações distribuídas em dez trechos urbanos da cidade de Corumbá/MS. Cada registro corresponde a uma ficha cadastral de um imóvel pertencente à área tombada conforme o IPHAN (2007) e inclui informações sobre o período de construção, a localização e o estilo arquitetônico identificado.

O Trecho 1 – Rua Manoel Cavassa concentra a maior parte das edificações registradas no levantamento: 31 imóveis, sendo a maioria datada do século XIX, conforme os dados da Tabela 2. Isso confirma a Rua Manoel Cavassa como núcleo original do Casario do Porto, marco da urbanização de Corumbá. Em termos de estilo, observa-se forte presença do Ecletismo, com exceções pontuais classificadas como Art Déco ou Não Classificado. Essa concentração e uniformidade estilística indicam uma unidade arquitetônica característica das cidades portuárias do período, associada ao ciclo econômico fluvial e às influências europeias conforme Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020).

A presença de poucos exemplares do século XX nesse trecho sugere manutenção da paisagem original, com modificações mais funcionais do que estruturais — reforçando o valor patrimonial e a necessidade de conservação.

Figura 5 - Período de construção das edificações catalogadas.

Fonte: Autores (2024).

Nos trechos 2 (Ladeira José Bonifácio) e 3 (Travessa Mercúrio), a paisagem arquitetônica se torna mais heterogênea. Há predominância de edificações do século XIX, mas com maior variedade estilística: aparecem elementos do *Art Nouveau*, Modernismo inicial e Ecletismo tardio. Essa variedade aponta para um processo de transição, áreas que acompanharam o crescimento urbano da cidade, abrigando edificações de diferentes períodos e usos. O Beco da Candelária (Trecho 5), por exemplo, evidencia a sobreposição de estilos e épocas, mostrando o avanço da urbanização para além da orla portuária.

O Trecho 6 – Avenida General Rondon destaca-se pela maior diversidade de estilos arquitetônicos e pela quantidade de fichas “não classificadas”. Há presença expressiva de imóveis com características *Art Déco*, mas também exemplos de arquitetura contemporânea e modernista. As edificações classificadas como “sem expressão arquitetônica” sugerem intervenções recentes e descaracterizações, indicando fragilidade na preservação do patrimônio e ausência de políticas de manutenção e preservação.

Os trechos 7 a 10 que abrangem as ruas como Antônio Maria Coelho, Frei Mariano, XV de Novembro e Sete de Setembro, apresentam menor número de edificações catalogadas, muitas sem classificação estilística definida.

Essas áreas podem representar a expansão urbana mais recente, onde o patrimônio histórico dá lugar a usos residenciais ou comerciais modernos. Mesmo assim, a presença de um exemplar Neoclássico e de imóveis *Art Déco* demonstra que a influência dos estilos históricos ultrapassou o núcleo portuário, alcançando áreas periféricas da zona tombada.

Entre as edificações históricas do conjunto da área tombada, destacam-se algumas de grande importância para a cidade, como a Antiga Alfândega (atual sede do escritório técnico do Iphan e da Secretaria de Patrimônio da União) construída em 1896 (Figura 6A); a Edificação Comercial Wanderley Bais e Cia (Atual sede do Museu de História do Pantanal), construída em 1876 (Figura 6B); a Edificação Comercial Thoathoa – Loja do Porto construída em 1832, uma edificação Comercial fundada em 1858 pelo comerciante Manoel Cavassa; a Edificação Comercial (Antiga Casa Comercial Antônio Josino Vieira), construída em 1886; a Edificação Comercial e Residencial Vasquez construída em 1898; e a Edificação Comercial Casa Tamandaré construída parcialmente em 1880.

A região mais antiga da cidade, hoje integrada à área central de Corumbá, ganhou destaque entre o final do século XIX e o início do século XX, impulsionada pelo intenso movimento fluvial e mercantil. Esse período de desenvolvimento comercial gerou marcas locais influenciadas por estrangeiros que impactaram a sociedade, costumes, *modus vivendi* e a paisagem urbana. Conforme observa Corrêa (1985) ficou evidente essa influência através das construções da época, o que possibilitou a geração de contatos com grandes centros platinos e europeus.

Figura 6A e 6B - Iphan (Antiga Alfândega) e Muhpán, respectivamente.



Fonte: Organizado pelos autores (2024).

Entre as construções resultantes dessa influência, destacam-se as obras do italiano Martino Santa Lucci, como a Alfândega do Porto, os altares da Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária, a residência de Pedro de Medeiros na Rua 13 de Junho, a casa de comércio da Firma Ponce, os prédios na Rua Delamare, a caixa d'água pública e os banheiros públicos

(Côrrea, 1985). Segundo Vianna *et. al* (2002) o Casario do Porto de Corumbá apresenta arquitetura de origem inglesa e francesa, além das construções do conjunto histórico (Figura 7), que passaram pelas diversas fases da cidade, das autoridades da época e do movimento do comércio fluvial.

Figura 7 - Conjunto arquitetônico do casario.



Fonte: Autores (2024).

A predominância do Ecletismo (sobretudo no Casario do Porto) reafirma a influência europeia e o momento de apogeu econômico da cidade entre o final do século XIX e o início do XX. Por outro lado, a crescente presença de estilos Art Déco e Modernistas nas décadas seguintes expressa o desejo de modernidade, em contraste com a tradição colonial.

O patrimônio material de Corumbá conserva um núcleo histórico bem definido, concentrado principalmente nas áreas portuárias, mas encontra-se cercado por zonas de transformação urbana que alteram gradualmente sua paisagem original. A ausência de categorização estilística observada nas fichas mais recentes do IPHAN evidencia uma fragilidade tanto documental quanto arquitetônica, resultado de intervenções desordenadas e da falta de políticas de conservação contínuas. Ainda assim, é possível identificar um processo de resistência simbólica nas edificações remanescentes do século XIX, cuja permanência física e estética mantém viva a identidade histórica da cidade, evidenciando o contexto de sua formação e de seus ciclos econômicos e culturais, bem como a necessidade da preservação deste patrimônio edificado.

Diante dos contextos apresentados, cabe analisar a evolução do patrimônio frente ao desenvolvimento e as questões ambientais. De acordo com Ferreira (2011), o conceito atual de patrimônio é abrangente, visto que contempla hoje o patrimônio natural, cultural e imaterial. Com uma progressiva mudança de paradigma, em meados da década de 60 do século XX, verifica-se a necessidade de reutilização e conservação desse patrimônio, deslocando o foco apenas da preservação.

No Brasil o marco temporal da ação patrimonial estende-se da década de 1930 até os anos 1970. Nunes (2009) aponta que, a ideia de patrimônio anteriormente estava ligada às questões de herança cultural ibérica, além dos objetos marcados por períodos da história do país. A partir dos anos 70 do século XX, o período imperial passa a despertar maior interesse no conceito de patrimônio, e as manifestações culturais populares começam a receber mais atenção e consideração.

Desde 1948, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) promove os debates acerca do termo patrimônio, ampliando suas bases de inclusão para abranger monumentos históricos, conjuntos urbanos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas, tradições orais e imateriais, entre outros aspectos. Essa inclusão ratifica uma proteção ao patrimônio tanto particular quanto público (Nunes, 2009).

De acordo com Costa (2017) os usos do patrimônio foram reformulados na história conforme as necessidades das pessoas, olhar da comunidade, vivência do espaço urbano e sua valorização, imposta na década de 1920 através de critérios de preservação, desenvolvimento urbano e novas demandas sociais e econômicas. O autor analisa o referido período, as influências vindas da excursão modernista, da história e dos registros fotográficos que impactaram os centros das cidades históricas.

Na década de 1980 e início de 1990, surge uma concepção ativa dos bens patrimoniais, caracterizada por uma abordagem dinâmica e com vários fins: pedagógicos, utilitários e econômicos (Ferreira, 2011). Costa (2017) corrobora com essa ideia de uso em diferentes finalidades do patrimônio, quando cita o uso pelo comércio e turismo, além de demais que foram sendo estabelecidos gradualmente. Esse marco temporal se refere aos usos atuais desse patrimônio, que incluem as atividades econômicas e usos mesclados com residências antigas (Costa, 2017).

Nesse contexto, na cidade de Corumbá observa-se que algumas dessas edificações são ocupadas por órgãos públicos e Organizações Não Governamentais, enquanto outras

funcionam como residências particulares. Em diversos locais percebe-se que as edificações estão totalmente abandonadas (Figura 8), sem nenhuma utilização, com placas de venda e marcadas apenas pela fachada que sobrou de sua estrutura.

Figura 8 - Edificações abandonadas ou sem uso na área tombada de Corumbá.



Fonte: Autores (2024).

Esse cenário demonstra que, mesmo com o reconhecimento como patrimônio histórico, e a existência de legislações voltadas para garantir a preservação e restauração desses bens, tal proteção ainda é insuficiente para a manutenção e resguardo desses imóveis e sua importância histórica.

Considerações Finais

A evolução do conceito de patrimônio torna-se evidente ao longo dos anos, refletindo as transformações históricas, econômicas e culturais que moldaram a cidade de Corumbá. As influências advindas do comércio fluvial e das relações internacionais deixaram marcas expressivas na área portuária e em seu entorno, constituindo um acervo arquitetônico singular, cuja preservação depende de políticas públicas eficazes e de uma consciência coletiva voltada à valorização da memória urbana.

As mudanças conceituais e legais ocorridas nas últimas décadas — como o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e novas formas de uso dos espaços — reforçam a necessidade de estratégias de preservação, restauração e gestão integrada dos bens históricos. A conservação

do patrimônio não deve se restringir ao tombamento, mas envolver a comunidade e os agentes públicos na construção de uma visão compartilhada sobre o valor simbólico e social desses imóveis.

A análise das fichas cadastrais do IPHAN revelou lacunas documentais significativas, como a ausência de datação precisa em grande parte das edificações. Essa constatação evidencia a importância de equipes técnicas especializadas e de metodologias mais detalhadas de registro, capazes de garantir a continuidade e a confiabilidade dos levantamentos futuros.

O estudo também demonstra que o século XIX constitui o período formador de Corumbá, responsável pelo conjunto arquitetônico mais coeso, especialmente na Rua Manoel Cavassa, enquanto o século XX introduziu novas expressões formais — como o Art Déco e o Modernismo — associadas à modernização e ao declínio da navegação fluvial. As fichas classificadas como “não identificadas” indicam tanto falhas na documentação quanto processos de descaracterização arquitetônica, reflexo da ausência de diretrizes de preservação continuada.

Essa diversidade temporal e estilística confirma que o patrimônio material de Corumbá resiste, mas de forma desigual: há permanências significativas nas áreas mais antigas, contrastando com perdas e transformações nas zonas de expansão urbana. Essa resistência, expressa na permanência das construções do século XIX, mantém viva a identidade histórica da cidade e reafirma o valor simbólico de seu conjunto arquitetônico como expressão da memória e da cultura fronteiriça.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Iphan pela disponibilização das fichas cadastrais dos imóveis da área tombada da cidade de Corumbá/MS, para realização deste trabalho relevante para a sociedade e a comunidade acadêmica.

Os autores também agradecem ao Apoio da Fundação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC –Brasil.

ALMEIDA, C. A. F. de. Património: Riegl e hoje. **História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, [S. l.], v. 10, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5694>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2oed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CORRÊA, L.S. “Corumbá: o comércio e o casario do porto (1870-1920)”. In: **Casario do Porto de Corumbá**. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

COSTA, R. DE K. E. Apropriação do patrimônio cultural pelo turismo: a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 10, n. 22, 2017.

DE PAOLI, P S. Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. In: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

DELVIZIO, J. B.U. **Patrimônio arquitetônico de Corumbá**: um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local. 2004. Dissertação (Mestrado), Universidade Católica Dom Bosco, 2004. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gkA3M>. Acesso em 20 de maio de 2024.

FERREIRA, V. Olhares sobre o património cultural. **Idearte-Revista de Teorias e Ciências da Arte**, v. 7, n. 7, p. 61-72, 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjuntos Urbanos Tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1471/>>. Acesso em: 12 de junho. 2024.

IPHAN. **Levantamento do estado de conservação dos imóveis da área tombada da cidade de Corumbá**. Corumbá: Pimentel, M. L. S., 2007.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Acesso em: 13 de maio. 2024.

LIMA JÚNIOR, E. B; et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo – MG, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>.

LOSCH, S.; RAMBO, C. A; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [s. l.], 2023.

MENESES, U. T. B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tom. 1. Brasília: IPHAN, 2012.

NUNES, V. M. M.; LIMA, L. E. P. **História e Patrimônio Cultural**. 2009.

OLIVEIRA, M. A. M.; OLIVEIRA, J. C.; RODRIGUES, W. P. **Corumbá entre ruas e cemitério**: o tempo e o silêncio. 1^a. ed. Uberlândia: LAECC, 2020. v. 01. 180p.

RIBEIRO, J. P. A resistência olha a resistência. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 23, p. 73-78, 2007.

RODRIGUES, W. P. **O patrimônio cultural de Corumbá-MS e a ausência de relação com a população local**: estratégias que podem contribuir para a reversão de tal quadro. 2018.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

VIANNA, M. A.; LEITE, M. de O.; TAVARES, N. A.; S. LOUREIRO, M. B. A importância do Casario do Porto de Corumbá como patrimônio histórico cultural no desenvolvimento turístico de Mato Grosso do Sul. **Multitemas**, [S. l.], n. 27, 2016. DOI: 10.20435/multi.v0i27.811. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/multitemas/article/view/811>.

VIANNA, L. C.R; TEIXEIRA, J. G. L. C. Patrimônio imaterial, performance e identidade. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 12, p. 121-129, 2008.

YAMASHITA, J. G. O conceito de resistência entre a memória e a história. **XVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. NATAL, UFRN, 2013.